

O IMPACTO SOCIOECONÔMICO DO MICROCRÉDITO NOS MERCADOS NACIONAL E INTERNACIONAL

Lucas Basaglia Negrucci

Silvia Franco de Oliveira

RESUMO

Este trabalho analisou o impacto do programa de microcrédito na melhoria das condições econômicas das famílias beneficiadas. O estudo apoia-se em trabalhos de pesquisa empírica de programas nacionais e internacionais divulgados para o público. No âmbito nacional, foram estudados programas no Distrito Federal, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e São Paulo. No âmbito internacional, foram estudados programas em Portugal, Índia, Moçambique, Colômbia e Angola. Em linhas gerais, não se apresentam diferenças significativas nos impactos dos programas nacionais quando comparados aos internacionais. O microcrédito teve impacto positivo sobre a renda e geração de emprego, embora em diferentes magnitudes. A maior parte dos micro empreendimentos não altera seu status original de atividade em nível de sobrevivência, mas amplia o faturamento, o lucro e a renda familiar. Apesar de não alcançar escala, aumenta sua intervenção na economia local através da geração de emprego e formalização de postos de trabalho. Nota-se grande participação do público feminino. Essa participação tem vários objetivos, destacando-se a emancipação feminina e a melhora de autoestima por chefiar e contribuir para o bem-estar familiar. A promoção do bem-estar familiar aparece de várias formas, na educação dos filhos, no acesso a bens duráveis e melhoria da residência. Apesar da baixa procura por microcrédito, a melhoria das condições econômicas das famílias conduz para a saída da pobreza, sendo uma boa ferramenta social do Estado.

Palavras-chave: Microcrédito, Redução de pobreza, Geração de renda, Criação de emprego

1 INTRODUÇÃO

Muhammad Yunus, criador do microcrédito e fundador do principal e mais bem-sucedido banco de microcrédito até hoje, o Grameen Bank, em Bangladesh, acredita que, devido ao aspecto social do microcrédito, o direito ao crédito deveria ser universal. Segundo Yunus, o pobre tem uma competência geradora de renda, precisando apenas de capital. Porém, ele acredita que a educação financeira aos pobres não deve ser obrigatória e, sempre que possível, deve ser cobrada para que os alunos prezem mais. No quesito de dívidas, Yunus afirma que não se deve enxergar o microcrédito como um programa assistencialista. Mesmo em situações em que o tomador de crédito não se mostre disponível a dar continuidade ao pagamento, deve-se diminuir os valores das prestações da dívida e prolongar o tempo para cessá-la. Perdoar dívidas prejudicaria a imagem do programa. E, para finalizar, um plano em que direcionaria o dinheiro diretamente ao pobre e não para os produtos ou serviços a eles direcionados seria mais vantajoso. (SPIEGEL, 2010).

Segundo Spiegel (2010, p.18), “Na verdade, pessoas pobres não dispõem de ‘garantias materiais’ [...] Em contrapartida, eles possuem uma garantia muito melhor: sua vontade de sobreviver, comprovada pelo destino.”

A distribuição de renda é um assunto que tem sido discutido com maior intensidade no Brasil desde os anos 1970, após a divulgação do Censo Demográfico, devido à sua deficiência em várias localidades brasileiras. (HOFFMANN, 2001).

Para atingir indicadores mais favoráveis pela igualdade social, foram desenvolvidos programas voltados ao microcrédito, tais como, a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações nas cidades de Recife (Pernambuco) e Salvador (Bahia), também conhecido como Programa Uno (de 1973 a 1991), as unidades da Ceape (anos 1980) e o Banco da Mulher (anos 1980). Esses programas visavam facilitar o acesso ao crédito de maneira menos burocrática, procurando atingir a população de baixa renda e o setor dos trabalhadores informais, uma vez que estes grupos não tinham acesso ao crédito por meio dos métodos tradicionais. A facilidade ao crédito também permitiu que micro e pequenos empresários pudessem investir em seus negócios, aumentando o volume de negócios e tornando-os mais competitivos. (BNDES, 2016).

Para Lhacer (2003), o microcrédito é um modelo de política pública que atua em duas frentes: no combate à pobreza e no fomento de empreendedorismo apoiando as micro e pequenas empresas. Tem como objetivo contribuir para o combate à pobreza e ao desemprego. O que diferencia o microcrédito do crédito tradicional são características como público-alvo, finalidade e montante. Destina-se a pessoas abaixo da linha da pobreza e que não têm acesso a linha de crédito tradicional. Pode ser utilizada para a ampliação do capital de giro ou capital fixo do microempreendedor. Em relação ao montante, o volume do crédito é sempre baixo.

Segundo a Economia Informal Urbana (ECINF) este segmento econômico movimenta recursos equivalentes a 6% do PIB nacional e, admitindo-se que cada trabalhador do setor informal é responsável por pelo menos dois dependentes, chega-se ao montante de 42 milhões de pessoas vivendo dessas rendas. (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008).

Diante do impacto deste segmento na economia, torna-se importante uma pesquisa com o intuito de verificar se a política de microcrédito tem surtido efeito sobre o público alvo, permitindo que o acesso ao crédito ajude as pessoas a sair da linha de pobreza. Em outras palavras, verificar a eficiência destes programas. Seguindo essa linha de raciocínio, este trabalho busca responder ao seguinte problema: Qual o impacto do programa de microcrédito na melhoria das condições econômicas das famílias beneficiadas?

Para responder a esta questão, foram traçados dois objetivos específicos: a) identificar a influência do microcrédito nas condições econômicas e sociais das famílias beneficiadas a nível nacional; b) identificar a influência do microcrédito nas condições econômicas e sociais das famílias beneficiadas a nível internacional.

O trabalho é dividido em cinco seções, além da introdução. Na primeira seção é apresentado o referencial teórico. Na segunda seção, a metodologia. Na terceira seção, os resultados das pesquisas relacionadas ao microcrédito a nível nacional. Na quarta seção, os resultados das pesquisas relacionadas ao microcrédito a nível internacional. E na última seção, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para mostrar a influência do microcrédito na vida das pessoas e, conseqüentemente, para a sociedade, o referencial teórico foi dividido em quatro partes. Na primeira parte, é abordada a definição do termo “microcrédito”, seus objetivos e pilares básicos. Na segunda parte é descrito como o microcrédito afeta a economia. Na terceira parte, são apresentados os operadores de microcrédito no Brasil e suas peculiaridades. Na última parte, sua função no combate à pobreza.

2.1 Definição de microcrédito, seus objetivos e pilares básicos

Para entender melhor a respeito dos benefícios do microcrédito e impactos que causa em uma sociedade é necessário compreender sua definição e, em seguida, analisar dados de programas existentes e pesquisas já realizadas a respeito do assunto.

Segundo Barone (2002), o microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor voltado para o mercado informal, seja para pequenos empreendedores ou microempresas que não possuem acesso ao sistema de crédito tradicional pelo fato de não disponibilizarem garantias reais. Trata-se de um crédito destinado a capital de giro e investimentos através de um método específico.

Neri e Giovanini (2005) entendem por microempresas os empreendimentos de pequeno porte. Os autores mesclam as informações da Lei nº 9.841/99 com as informações do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). A lei classifica as microempresas segundo a receita anual de, no máximo, R\$244.000,00. O Sebrae leva em consideração o número de empregados, podendo chegar a nove.

Com uma política assistencialista, o microcrédito tenciona criar oportunidades de inserção dos beneficiários no processo produtivo viabilizando alternativas concretas para a geração de emprego e renda. (CAÇADOR, 2014).

Tendo em vista a análise das dificuldades de financiamento junto às microempresas, Braga e Toneto (2000) verificaram que, enquanto o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) seguiu o sistema financeiro tradicional, não atingiu seus objetivos. Após aderir a algumas novidades relacionadas aos financiamentos tradicionais, passou a atingir seus objetivos.

Dentro do microcrédito, Paiva e Galiza (2002) reuniram o que consideraram como pilares básicos quanto ao tema. São os seguintes:

- Empréstar recursos para microempreendedores, sem acesso ao mercado formal de crédito;
- Eliminar exigências de garantias reais, pelo uso de colaterais substitutos, eficientes;
- Aproximar o funcionário da instituição de microfinanças (agente de crédito) e o cliente;
- Manter taxas de juros capazes de tornar a instituição de microfinanças (IMF) sustentável, não-subsidiada.

Levando em consideração a ideia de que o microcrédito pode afetar a economia onde está inserido, este assunto é abordado no próximo tópico deste trabalho.

2.2 A importância do microcrédito na economia

A dificuldade em determinar a importância do microcrédito para o crescimento econômico se deve a um conjunto de elementos que torna difícil dimensionar essa evolução, como: a) a existência de falhas de mercado devido à falta de informação; b) a dificuldade de acesso ao crédito tradicional por pessoas de baixa renda, trabalhadores informais e micro/pequenas empresas, que são justamente o público alvo de programas de microcrédito. Por conta disso, esses programas se destacam na promoção do desenvolvimento econômico visando o crédito a esses segmentos.

Barger (1998) compreende como desenvolvimento financeiro os conceitos de aprofundamento e de alargamento. No de aprofundamento, aumentando o volume de crédito e elevando os ativos financeiros como percentagem do PIB. No de alargamento, permitindo o acesso do crédito àqueles que não possuem por meio do sistema tradicional, o que aumenta a variedade de participantes e instrumentos do mercado financeiro.

Esse desenvolvimento via microcrédito pode viabilizar o crescimento da economia de regiões menos desenvolvidas, ajudando a promover um desenvolvimento regionalmente mais equilibrado. Para Estrella (2008), a inclusão social, ao financiar a população de menor escolaridade e/ou renda, amplia o mercado consumidor e o bem-estar social.

Pensando em uma perspectiva macroeconômica, um mercado de crédito bem desenvolvido é fundamental para estabelecer a concorrência em todo o tipo de setor da economia independentemente do tamanho da firma, seja ela de grande ou pequeno porte. (NERI; MEDRADO, 2010). Rajan e Zingales (2004) já diziam que as empresas já estabelecidas em países com pouco crédito sempre se beneficiam, dada a falta de concorrência junto às novas empresas.

Em 2003, em uma pesquisa da Economia Informal Urbana (ECINF), a dimensão do segmento informal no Brasil respondia por 13,8 milhões de postos de trabalho e movimentava 6% do Produto Interno Bruto (PIB) com seus recursos. Admitindo-se que cada trabalhador informal é responsável por, pelo menos, dois dependentes, o número de pessoas que dependem dessa renda aumenta. (FREITAS; RIBEIRO, 2009).

Ainda, segundo Freitas e Ribeiro (2009), programas voltados essencialmente para empreendedores do setor informal, como o microcrédito produtivo, estimulam o desenvolvimento de oportunidades de negócios, se apresentando como alternativa para o financiamento de pequenas unidades econômicas.

Para Teixeira (2008a), esses programas contribuem para a superação da pobreza das famílias conforme se consolida o empreendimento. Essa consolidação do empreendimento ocorre devido a dois fatores: o financiamento das atividades e o suporte empresarial oferecido pelos agentes de crédito. O microcrédito não se resume apenas no acesso ao crédito, mas também na geração de renda para populações abaixo da linha de pobreza que vivem em condições sub-humanas, possibilitando melhores condições.

Entretanto, essa distribuição de crédito apenas torna possível a realização de negócios já existentes e não a realização de novos negócios. Portanto, inserir crédito em uma economia em que, devido a falhas de mercado, não possui crédito, pode partilhar dos mesmos efeitos multiplicativos que monetizam a moeda. (NERI; MEDRADO, 2010)

Quanto à necessidade da criação de políticas públicas para atender a esses programas, Mehedeff (2002) entende que é uma forma diferenciada de política de governo para intervenção econômico-social através de ações, programas e serviços. Já para Bernardoni et al (2008), as políticas públicas explicitam as diretrizes do Estado, além de ações de regulação de outros

agentes, assistindo ao bem comum. E, para Jannuzzi (2011), o maior problema está relacionado à cultura incipiente de avaliação crítica e analítica das ações executadas e previstas. Desta forma, a avaliação de políticas públicas é relevante em programas sociais visando conseguir mensurar a eficiência, a eficácia e o impacto do programa.

Em seu artigo, Soares et al (2011) sugerem a viabilidade de parcerias com o setor público. Em uma leitura geral dos resultados, os autores concluem que é viável essa estratégia, favorecendo o auto sustento dos programas de microcrédito e de seus clientes através de políticas educacionais, estruturais e apoio técnico. Porém, para sustentar esses argumentos, são necessários estudos com outros determinantes para a saída da pobreza.

De acordo com Monzoni Neto (2006), diversas experiências nacionais e internacionais confirmam que o microcrédito pode constituir uma ferramenta eficiente para a promoção da inclusão econômica e social das populações mais carentes.

2.3 A participação de operadores de microcrédito no Brasil

De acordo com dados do BCB (2019), o microcrédito representava 0,8% do total de recursos direcionados para pessoa física em 2015. Isso significa dizer que, em 2015, de um total de R\$706,9 bilhões do saldo do crédito no mercado brasileiro, R\$5,7 bilhões foram destinados para o microcrédito.

O setor do microcrédito no Brasil está muito abaixo da sua capacidade, cuja demanda é de aproximadamente 35 milhões de pessoas (BCB, 2010). Em 2015, de acordo com o relatório do Ministério do Trabalho e Previdência Social (2016), o número de clientes ativos no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) era de, aproximadamente, três milhões.

O PNMPO foi instituído pela Lei no. 11.110 em 25 de abril de 2005 e tem como objetivos: a) disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado; b) incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, c) ofertar apoio técnico às instituições com vistas ao fortalecimento institucional para prestação de serviços aos empreendedores. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2016). Os recursos do PNMPO são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e 2% dos depósitos compulsórios à vista junto ao BCB. (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2018).

O Ministério do Trabalho disponibiliza relatórios trimestrais do PNMPO desde 2007. Esses relatórios permitem analisar a evolução do microcrédito por constituição jurídica, sendo elas: Agência de Fomento (AF), Banco Cooperativo (BC), Banco de Desenvolvimento (BD), Cooperativa de Crédito (CC), Instituição Financeira Operadora (IFO), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e a Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM).

O maior volume da carteira ativa está concentrado no Banco de Desenvolvimento. Em 2015, o BD era responsável por 51% do saldo da carteira do PNMPO. Em segundo lugar vinham as Instituições Financeiras Operadoras, com 37% (tabela 1). A seguir, são destacados alguns operadores de microcrédito no Brasil e suas peculiaridades.

Tabela 1 - Saldo da carteira, número de clientes ativos e quantidade de instituições habilitadas pelo Ministério do Trabalho no PNMPO em 31 de dezembro de 2015

	Saldo da Carteira (R\$ milhões)	%	Número de clientes ativos	%	Quantidade de instituições habilitadas	%
Agência de Fomento	R\$ 96	2%	27.013	1%	10	2%
Banco de Desenvolvimento	R\$ 2.929	51%	2.030.821	65%	4	1%
Cooperativa de Crédito	R\$ 381	7%	51.881	2%	303	58%
Instituição Financeira Operadora	R\$ 2.136	37%	919.274	29%	12	2%
OSCIP	R\$ 80	1%	30.181	1%	164	31%
SCM	R\$ 93	2%	67.784	2%	28	5%
Total	R\$ 5.715	100%	3.126.954	100%	521	100%

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social (2016). Elaborado pelo autor.

2.3.1 O Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

É o principal agente no país e o maior da América Latina no que se refere a esse tipo de operação. Como o próprio nome diz, atua na Região Nordeste. É dele o maior programa da América do Sul, o Crediamigo. Além desse programa, existem outros dois programas, o Agroamigo e o programa destinado à micro e pequenas empresas formais. (CHAVES, 2011). O BNB tem mostrado bons resultados no segmento através de muita perseverança e competência. (THEDIM, 2009).

Neri e Buchmann (2008) consideram o programa Crediamigo o Grameen Bank graças aos resultados obtidos, no período de 1998 a 2010, em operações e em valores emprestados. Em uma pesquisa orquestrada por Neri (2008), chegou a um número relevante em relação à saída dos clientes da linha da pobreza, 60,8%.

Devido à falta de capacidade em oferecer garantias por parte dos tomadores, criou-se o método de aval solidário onde, grupos de três a dez pessoas, são formados, sem laço familiar direto. Com atendimento personalizado, o agente de crédito vai até o local para atendê-los. Outra característica interessante do programa é que o crédito é liberado gradativamente. Conforme o cliente vai se mostrando um bom pagador, aumenta-se a liberação de crédito em um próximo empréstimo, e ele tem reduzido em 0,25% a taxa de juros a cada três empréstimos realizados. As condições de pagamento são bastante flexíveis. Normalmente, doze meses para capital de giro e trinta e seis meses para investimento fixo. Os pagamentos podem ser realizados quinzenalmente ou mensalmente. (NERI; MEDRADO, 2010).

Para Souza (2010), o programa já viveu quatro ciclos operacionais. O primeiro ciclo, para preparar a política e suas características. O segundo ciclo foi de experiência, com pontos positivos e negativos, devido ao grande crescimento do programa. O terceiro ciclo, qual seja, a passagem, é o da afirmação, com o Instituto Nordeste de Cidadania (INEC), responsável pela administração de qualidade e de eficiência do Programa. E o quarto, e último ciclo, é o de ampliação, que ficou marcado pelo planejamento estratégico.

O Programa conseguiu se destacar internacionalmente graças à quebra de três paradigmas.

O primeiro paradigma se refere à eficiência de um banco público ao lidar com a demanda necessária de crédito no curto prazo. Para comprovar que os programas de microcrédito do BNB são importantes no cenário socioeconômico, o BNB representava 74% do valor total concedido no PNMPO em 2015. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2016).

Outro paradigma quebrado foi o de que as pessoas de baixa renda não cumprem com os seus compromissos de empréstimos. O programa do BNB apresenta uma taxa de inadimplência

baixa. Em 2015, o índice de inadimplência do Programa Crediamigo era de 1,22% e o índice de inadimplência do Programa Agroamigo era de 2,00% (BNB, 2016). Para efeito de comparação, segundo dados do BCB (2019), em 2015 o índice de inadimplência do microcrédito no mercado creditício era de 6,4%. Isso mostra a evolução deste indicador de sustentabilidade no BNB relativamente às outras instituições financeiras credenciadas.

O último paradigma quebrado foi o de que o público de baixa renda necessita de um modelo de empréstimo subsidiado. Em 2015, o programa Crediamigo oferecia o microcrédito a uma taxa entre 18,4% a.a. e 29,8% a.a., de acordo com as condições do crédito. Para efeito de comparação, em 2015, de acordo com dados do BCB (2019), a taxa média de juros do microcrédito para pessoas físicas era de 28,9% a.a., a taxa média de juros para recursos direcionados era de 9,8% a.a. e a taxa média de juros para aquisição de veículos era de 26,0% a.a.. Pelos dados acima, a conclusão é de que os beneficiários conseguem pagar juros de mercado.

Assim, chega-se à conclusão que o Crediamigo superou diversos obstáculos culturais que dificultavam este público ao acesso do mercado de crédito no país. (SOUZA, 2010).

2.3.2 *As Instituições Financeiras Operadoras (IFO)*

Em 2015, as IFOs representavam 2% das instituições habilitadas pelo Ministério do Trabalho para operar no âmbito do PNMPO, participando com 37% do saldo da carteira de PNMPO (tabela 1).

Para que os bancos múltiplos, comerciais e a Caixa Econômica Federal atuassem nesse segmento, o Poder Legislativo editou a Lei no. 10.735, criando um *funding* que obrigava estas instituições a aplicarem recursos em operações de microcrédito de, no mínimo, 2% do saldo dos depósitos à vista. As IFOs podem operar em três modelos: a) diretamente; b) repassando os recursos para outras instituições financeiras; c) adquirindo operações de crédito de outras organizações. (BCB, 2010).

TheDim (2009) enfatiza que esta obrigação nada tem a favor do microcrédito produtivo, apenas subsidia o custo de captação dos bancos federais e pressiona o aumento da taxa dos empréstimos dos bancos privados. Além disso, o teto para a taxa de juros e o prazo para o cumprimento da operação também estimulam o agente a racionar a oferta de microcrédito.

Os bancos públicos federais são os responsáveis pela maior parte das operações do mercado de microcrédito, seja via oferta direta ao consumidor, seja via oferta de fundos a outras instituições. Em 2015, do total de valor concedido no PNMPO, 92% eram de responsabilidade dos Bancos Públicos Federais. Retirando a participação do BNB, os bancos públicos federais (Banco da Amazônia, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) participavam com 18%. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2016).

Portanto, a política de microcrédito é uma política pública executada por instituições públicas federais em sua maior parte. Os bancos privados têm uma participação menos representativa quando comparados aos bancos públicos. Segundo Ramos (2013), o Banco Santander destaca-se como sendo a maior organização privada do país a operar com microcrédito.

Segundo Chaves (2011), o baixo interesse das instituições financeiras privadas neste mercado é decorrente do custo das operações e da barreira à entrada junto às restrições normativas.

2.3.3 *As Cooperativas de Crédito*

Observa-se o crescimento das Cooperativas de Crédito na economia em locais inertes, viabilizando o acesso ao crédito da população com menor poder aquisitivo, impulsionando o emprego e a renda, fatores que auxiliam na redução da pobreza e aumento da eficiência do sistema financeiro nacional. (CHAVES, 2011).

A partir da década de 1990, observa-se um movimento expansionista, impulsionado pela mudança de posicionamento do BCB e do Conselho Monetário Nacional (CMN), ao promover flexibilidade normativa, criando formas de crescimento de maneira sustentada, fortalecendo a estrutura patrimonial e aumentando sua capilaridade. (CHAVES, 2011). Em 2015, as cooperativas de crédito representavam 58% das instituições habilitadas pelo Ministério do Trabalho para operar no âmbito do PNMPO. Apesar do elevado número de instituições habilitadas, o volume de crédito é muito reduzido. Em 2015, essas instituições representavam 7% do saldo da carteira do PNMPO (tabela 1).

2.3.4 *As Sociedades de Crédito ao Microempreendedor*

A Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM) foi criada pela Medida Provisória 1.894-19/1999, sendo convertida na Lei no. 10.194/2001. Seu intuito social inicial era disponibilizar financiamentos a pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte, buscando desenvolver empreendimentos comerciais e industriais. Sua primeira norma determinava limites mínimos de capital por cliente e impedia a contratação de depósitos interfinanceiros. Posteriormente, em 2001, foi revogada a regra de limitação da área de atuação e permitiu a formação de Postos de Atendimento ao Microcrédito (PAM). Esses PAMs poderiam se instalar em qualquer local por instituição financeira que operasse com crédito. Em 2005 foi permitido o acesso aos recursos do PNMPO. Este segmento vem apresentando tímida expansão, apesar das inovações nas normas. (CHAVES, 2011). Em 2015, havia 28 (5%) instituições habilitadas pelo Ministério do Trabalho para operar no âmbito do PNMPO, porém essas instituições representavam 2% do saldo da carteira (tabela 1).

2.3.5 *Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público*

Conhecidas como organizações do terceiro setor, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) têm sua administração privada, não têm fins lucrativos, e busca como objetivo promover o desenvolvimento econômico-social e o combate à pobreza. (BCB, 2010). Liberadas pelo Ministério da Justiça, não são inspecionadas pelo BCB, respondendo ao Congresso Nacional através do Tribunal de Contas da União. São impossibilitadas de angariar capital no mercado. Trabalham, basicamente, com capital próprio, *funding* público ou capital do setor financeiro. Além da deficitária estrutura de capital, as OSCIPs têm um nível administrativo frágil, apresentando problemas de gestão e reduzida transparência e governança, com insuficiente carteira de clientes para sua sustentação financeira, o que as tornam alvos primários de políticas públicas de desenvolvimento. A oferta de crédito é feita de maneira mais abrangente, para clientes do sistema financeiro tradicional mais inferior. Não exigem abertura de conta ou aporte de capital. (PEREIRA et al, 2009). Em 2015, as OSCIPs representavam 31% das instituições habilitadas pelo Ministério do Trabalho para operar no âmbito do PNMPO, mas eram responsáveis por 1% do saldo da carteira (tabela 1).

Como se pode observar, o microcrédito possui uma variedade de instituições atuando no mercado, com formas jurídicas distintas. A evolução do ambiente institucional comprova que

as alterações normativas e os incentivos governamentais se mostraram eficientes para se promover a expansão do programa.

2.4 Combate à pobreza

Para mensurar os benefícios causados pelo microcrédito, é necessário determinar o que é pobreza. De acordo com Lima (2005), a pobreza se refere à privação das necessidades materiais de bem-estar e à privação de oportunidades que levam os indivíduos a se enquadrarem nos padrões socialmente aceitos. De acordo com a autora:

De modo geral, é notório que os avanços recentes neste campo de estudo convergem para a compreensão da pobreza como um fenômeno multidimensional e complexo, concernente a situações em que as necessidades humanas não são suficientemente satisfeitas e em que diferentes fatores estão interligados. A questão da multidimensionalidade da pobreza é proeminente no debate atual, constituindo-se no foco de discussão de diversos autores (Salam e Destremau, 2001; White e Killick, 2001; Rocha, 2003; Schawartzman, 2004, dentre outros). (LIMA, 2005, p. 3).

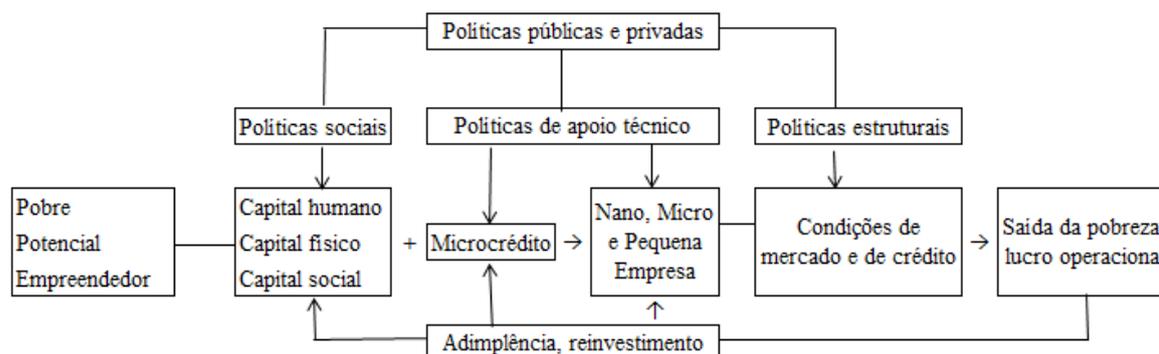
Segundo Teixeira (2008a), a desigualdade social e de oportunidades são alguns dos fatores que mais influenciam nos índices de pobreza.

Independente do modelo adotado para mensurar a pobreza, o ponto inicial é sempre a escassez de recursos com os quais as pessoas manteriam suas necessidades básicas em nível aceitável. (BARROS et al, 2001).

Para explorar as várias dimensões do crédito como forma de alavancar o combate à pobreza, Neri (2001) cita alguns efeitos desencadeadores: a) a melhora na utilização dos ativos da família, sendo os ativos constituídos por capital físico, capital humano e capital social; b) o aumento da capacidade do indivíduo para gerar renda; c) a melhora na habilidade do indivíduo em lidar com flutuações na renda.

O esquema indicado na figura 1 ilustra o processo pelo qual o microcrédito pode reduzir a condição de pobreza. Pelo esquema, o programa de microcrédito viabiliza a capacidade de extrair retornos do capital humano, capital físico e capital social por meio de microempreendimentos. Isso significa dizer que esses indivíduos são vistos como capitalistas em potencial. (SOARES et al, 2011).

Figura 1 - Processo de saída sustentável da condição de pobreza com microcrédito



Fonte: Soares et al (2011)

Entretanto, o sucesso do microempreendimento depende de outros fatores, as condições de crédito e as condições do mercado ao qual ele está inserido. Dentro deste contexto, as políticas públicas podem facilitar essas condições. Entende-se aqui como política pública as políticas sociais, políticas de apoio técnico e políticas estruturais. Em outras palavras, esse conjunto de fatores pode afetar a probabilidade de continuidade do processo que permite a saída da pobreza. (SOARES et al, 2011).

3 METODOLOGIA

A pesquisa é exploratória, sendo a mais indicada quando se busca criar maior familiaridade com o tema investigado e, assim, entender como ele funciona.

A técnica utilizada nesse trabalho é de revisão bibliográfica, em que se buscam pesquisas referentes aos diversos programas existentes no Brasil e exterior para avaliar se, de fato, os programas de microcrédito atendem ao objetivo de reduzir o nível de pobreza das famílias beneficiadas.

A revisão da literatura foi realizada a partir da base de dados on-line do Portal da CAPES.

Foram selecionados artigos que preenchiam os seguintes critérios: ser um estudo exploratório, texto completo, com avaliação quantitativa e/ou qualitativa dos resultados do programa de microcrédito, sem restrição do ano de publicação e/ou o ano de análise dos dados.

Foram selecionados os artigos que contivessem no título, nas palavras-chaves ou no resumo as seguintes palavras: microcrédito, saída da pobreza, qualidade de vida e redução de pobreza. A análise dos artigos selecionados foi realizada da seguinte maneira: primeiro, procedeu-se à leitura do resumo para identificar a temática estudada. Quando o assunto era pertinente, a leitura era estendida para compilação dos objetivos e resultados.

4 PROGRAMAS NACIONAIS E SEUS RESULTADOS

Nesta seção é apresentada uma série de estudos que visam mensurar os impactos econômico-sociais dos programas ligados ao microcrédito em âmbito nacional.

Mick (2003) estudou o caso da Instituição Comunitária de Crédito (ICC) Portosol, situada em Porto Alegre. O autor coletou informações de 375 clientes do programa, entre janeiro de 1996 e dezembro de 2002. Os clientes foram selecionados por amostragem proporcional aleatória,

preservando-se a distribuição dos clientes no tempo, técnica que assegura uma margem de erro de 5%. Utilizou como fonte de informação o formulário denominado Levantamento Socioeconômico (LSE), onde constavam dados durante a permanência do cliente na instituição, possibilitando a comparação do empreendimento a cada operação, de modo que, no momento da análise de crédito, fosse possível avaliar o estágio de evolução do negócio. Utilizou também o parecer do agente de crédito sobre os 5Cs: caráter, capital, condições do negócio, capacidade de pagamento e garantia. Foram utilizados indicadores de focalização, desempenho das operações, relação com o sistema financeiro e de impacto econômico. O autor chegou às seguintes conclusões. Quanto ao perfil dos clientes, a cada cinco clientes, apenas um provém de famílias com renda mensal inferior a R\$500,00. Entre eles, 75% são trabalhadores da economia informal, preocupados com a auto sustentabilidade. Os resultados demonstram que existem reflexos positivos na renda em 54,6% dos empreendedores. O aumento da renda ocorre, principalmente, em clientes da economia informal e com renda mais baixa. Também ocorre reflexo no emprego: a cada cinco clientes, um promove aumento no nível de emprego. O nível de emprego varia positivamente em clientes mais estruturados. Existe uma correlação entre a permanência do cliente no programa de crédito e os resultados positivos na renda e no emprego. O microcrédito parece permitir um aumento no faturamento e na produtividade, mas a contribuição é modesta para o desenvolvimento econômico. Há uma relação direta entre o aumento da renda e os investimentos com melhorias na moradia; condições sanitárias mais adequadas tem impacto direto positivo na saúde da família; investimentos em móveis e equipamentos eletrônicos incrementam o acesso à informação, o conforto e a auto-estima. Ao alcançarem um patamar mais estável, onde se supera a ausência de capital de giro, viabiliza o aumento do faturamento e proporciona formação de capital, os clientes abdicam de novos créditos, porque querem viver sem dívidas. Em outras palavras, a ambição de clientes de renda mais baixa é modesta e a Portosol colabora para evitar o agravamento da exclusão dos microempreendedores ao manter o autoemprego.

Quadro 1 - Resumo dos benefícios dos programas de microcrédito no Brasil

	Indicadores	Descrição	Programa	Local	Autor
Empreendimento	Empreendimento	Promove melhoria no empreendimento	PNMPO, Crediamigo	Feira dos Importados (DF), Petrolina (PE)	Suassuna (2011), Rodrigues et al (2015)
	Vendas	Aumento nas vendas	Crediamigo, Banco do Povo, Banco de Crédito Popular, São Paulo Confia, Portosol	Região Nordeste do Brasil, Vitória da Conquista (BA), Petrolina (PE), Foz do Rio Itajaí-Açu (SC), São Paulo, Porto Alegre (RS), Recife (PE)	Neri (2008), Neri (2009), Pessoa (2010), Rodrigues et al (2015), Andreassi (2004), Monzoni Neto (2006), Mick (2003), Forte (2006)
	Margem bruta	Aumento na margem bruta	São Paulo Confia	São Paulo	Monzoni Neto (2006)
	Lucro	Aumento nos lucros	Crediamigo, Banco do Povo, PNMPO, São Paulo Confia	Região Nordeste do Brasil, Vitória da Conquista (BA), Feira dos Importados (DF), São Paulo, Recife (PE)	Neri (2008), Neri (2009), Pessoa (2010), Soares et al (2011), Suassuna (2011), Monzoni Neto (2006), Forte (2006)
	Rentabilidade sobre ativos	Aumento na rentabilidade dos ativos	Crediamigo	Região Nordeste do Brasil	Neri (2008)
	Ativo circulante	Melhora do ativo circulante	Banco do Povo	Vitória da Conquista (BA)	Pessoa (2010)
	Ativos em estoque e bens	Aumento dos ativos em estoque e bens	Crediamigo	Região Nordeste do Brasil	Neri (2008)
Economia	Dívidas	Redução das dívidas	PNMPO	Feira dos Importados (DF)	Suassuna (2011)
	Emprego	Geração de emprego, formalização de postos de trabalho e redução de demissões	Portosol, Crediamigo, PNMPO, Credisol	Porto Alegre, Feira dos Importados (DF), Região Nordeste do Brasil, Içara (SC), Recife (PE)	Mick (2003), Neri (2008), Suassuna (2011), Gastaldon (2010), Forte (2006)
	Produtividade	Aumento na produtividade	Portosol	Porto Alegre (RS), Espírito Santo, Petrolina (PE), Vitória da Conquista (BA), Recife (PE)	Mick (2003)
Família	Desenvolvimento econômico	Fortalecimento da economia local	Crediamigo, Nossocrédito, Portosol	Região Nordeste do Brasil, Espírito Santo, Petrolina (PE), Porto Alegre (RS)	Neri (2009), Caçador (2014), Rodrigues et al (2015), Mick (2003)
	Conhecimento e habilidades	Adquire conhecimento, melhorando a prática comercial e financeira	Crediamigo	Região Nordeste do Brasil	Neri (2009)
	Consumo familiar	Aumento no consumo familiar	Crediamigo	Região Nordeste do Brasil	Neri (2008), Neri (2009)
	Educação, qualidade de vida e bem-estar	A melhoria financeira promove acesso à informação, aumento da qualidade de vida e autoestima	Portosol, Nossocrédito, Crediamigo, Banco do Povo	Porto Alegre (RS), Espírito Santo, Petrolina (PE), Vitória da Conquista (BA), Recife (PE)	Mick (2003), Caçador (2014), Rodrigues et al (2015), Pessoa (2010), Forte (2006)
	Moradia	Melhoria nas condições sanitárias, móveis e equipamentos eletrônicos	Portosol	Porto Alegre (RS), Espírito Santo	Mick (2003)
	Saúde	Melhoria nas condições sanitárias promove impacto direto positivo na saúde da família	Portosol	Porto Alegre (RS), Espírito Santo, Petrolina (PE), Vitória da Conquista (BA), Recife (PE)	Mick (2003)
	Pobreza	Contribui para a redução dos índices de pobreza	Crediamigo	Região Nordeste do Brasil	Neri (2008), Neri (2009), Soares et al (2011), Mota e Santana (2011), Forte (2006)
Renda	Aumento da renda	Portosol, São Paulo Confia, Banco do Povo, Crediamigo, Nossocrédito, AgroAmigo	Porto Alegre (RS), São Paulo, Vitória da Conquista (BA), Região Nordeste do Brasil, Espírito Santo, Quixadá (CE), Recife (PE)	Mick (2003), Monzoni Neto (2006), Pessoa (2010), Soares et al (2011), Caçador (2014), Maciel et al (2009), Forte (2006)	

Fonte: elaborado pelo autor

Monzoni Neto (2006) realiza uma investigação sobre o impacto do microcrédito na renda dos clientes de três das seis unidades existentes do São Paulo Confia: Brasilândia, Jardim Helena e Heliópolis. Nessas regiões há predominância de uma população de baixa renda, parte dela vivendo em favela, possuindo um índice de desenvolvimento humano baixo. Para a análise, foram coletados dados do período de março de 2005 a junho de 2006. Os dados foram coletados do relatório técnico de pesquisa denominado “Informe da Pesquisa com os Clientes da Central de Crédito Popular – São Paulo Confia”. No total, foram analisados 36 grupos solidários. A coleta de dados começou com uma escolha aleatória de pastas de grupos solidários. Uma vez sorteada a pasta, eram analisados todos os empreendedores que fizeram parte da história daquele grupo. Foram excluídos do sorteio o arquivo morto dos grupos desistentes e os novos entrantes. Em outras palavras, a amostra é constituída por grupos solidários veteranos e ativos. Foram utilizadas informações individuais e domiciliares, além de informações do empreendimento. O estudo revela um expressivo aumento na geração de renda. Em dois anos, a renda do microempreendedor aumenta em quase 100%. Para cada 1% de recurso tomado, principalmente na forma de capital de giro, ocorre impacto nas vendas (0,344%), na margem bruta (0,361%), no lucro líquido do empreendimento (0,391%) e na renda domiciliar (0,426%).

Andreassi (2004) verificou o quanto o microcrédito serviu para o desenvolvimento dos empreendimentos e analisou os fatores que mais tiveram importância na evolução dos empreendedores. Para isso, foi feito um estudo de caso do programa de microcrédito do Banco de Crédito Popular da Foz do Rio Itajaí-Açú (Bancri) no estado de Santa Catarina. Os questionários foram preenchidos pelos agentes do Bancri. Esses agentes entrevistaram os empresários que haviam recebido microcrédito da instituição em 2001. Foram entrevistados 99 empreendedores, porém foram descartados 11 porque os respondentes possuíam outras fontes de renda além da micro empresa. Dessa forma, foram analisados 88 casos onde foi traçado o perfil de quem recebe o benefício, os setores a que o empreendimento pertence, o tempo médio que permanece no mercado, a quantidade de proprietários e o local onde a empresa fica. O benefício pode ser destinado para investimentos, capital de giro ou reformas e consertos. Para avaliar a relação entre o grau de desempenho da empresa antes e depois do microcrédito, foi aplicada uma análise discriminante multivariada no período jan/2000-jan/2002. Com isso, foi possível verificar que, em todos os casos, houve uma resposta positiva dentro da empresa. No caso das vendas, aumentaram em 35%. Além da maioria do dinheiro ser direcionado para capital de giro, outras características afetaram o funcionamento das empresas, como a personalidade do empresário em relação à liderança e à responsabilidade. Se o beneficiário do microcrédito tiver um perfil de empreendedor e mantiver um caixa saudável e estruturado, é possível abrir o próprio negócio.

Maciel et al (2009), realizaram um estudo de caso no Ceará, com o intuito de analisar a geração de emprego e renda, além de verificar a qualidade de vida dos beneficiários rurais do programa Agroamigo do BNB. Foi feita uma comparação da qualidade de vida entre quem recebeu e quem não recebeu o benefício, no Município de Quixadá, no primeiro semestre de 2005. Para a análise, foram adotadas as técnicas de análise tabular, descritiva e gráfica. Também foram utilizados os testes *t-Student*, *Tukey* e *Kruskall-Wallis* para comparar as médias e proporções, respectivamente. Para analisar a qualidade de vida, os autores recorreram ao cálculo do Índice de Qualidade de Vida (IQV). As informações foram coletadas através de questionário distribuído para 60 respondentes, sendo 75% beneficiários do microcrédito (bovinocultores, ovinocultores e suinocultores). Os entrevistados foram selecionados aleatoriamente em cada atividade. As conclusões foram as seguintes. A mão-de-obra que é mais utilizada entre os entrevistados é a familiar, porém, entre os beneficiários do microcrédito, a bovinocultura e a suinocultura são as atividades que mais empregam pessoas. A maior parte da renda dos beneficiários do microcrédito é proveniente das atividades agropecuárias, enquanto que a maior

parte da renda dos não beneficiários é decorrente de pensões e aposentadorias. A suinocultura é a atividade mais rentável, visto que o retorno financeiro é mais rápido que a bovinocultura e ovinocultura. O índice de qualidade de vida é semelhante entre os respondentes beneficiários e não beneficiários, sendo classificada como média. Houve necessidade de um rigoroso acompanhamento com relação à aplicação dos recursos concedidos. Além disso, houve necessidade de orientar os agricultores para que os mesmos tivessem uma melhor atuação no mercado.

Gastaldon (2010) estudou a associação que há entre o microcrédito e a geração de empregos. Foram analisados setenta empréstimos realizados dentro dos critérios do PNMPO pela instituição Crédito Solidário (CREDISOL), no ano de 2009, no município de Içara, em Santa Catarina. Os dados foram obtidos no formulário Levantamento Sócio-Econômico (LSE) arquivado na CREDISOL. Os empréstimos foram agrupados segundo o número de vezes que o microempreendedor recebeu o auxílio. Observou-se que 28 microempreendedores solicitaram pela primeira vez e geraram 63 vagas de emprego; 23 microempreendedores solicitaram duas vezes o empréstimo, criando 35 vagas de emprego; 5 microempreendedores solicitaram três vezes o empréstimo e criaram 5 novas vagas de emprego; por fim, 14 microempreendedores realizaram quatro vezes empréstimos, criando 19 vagas de emprego. Portanto, foram criadas 122 vagas de emprego, sendo 78% de empregos informais e 71% destinados a familiares. A conclusão é de que 52% dos novos empregos estão concentrados no primeiro empréstimo. À medida que se eleva a frequência dos empréstimos concedidos, a quantidade gerada de novos empregos diminui, sendo necessários estudos mais aprofundados para entender porque isso ocorre. Embora a amostra seja limitada, o microcrédito foi relevante para a criação de emprego, mesmo em momento de crise.

Mota e Santana (2011) investigaram a utilização do microcrédito como mecanismo de combate à pobreza. Segundo os autores, ao disponibilizar recursos para a montagem dos negócios, há um aumento na renda das camadas menos favorecidas da população, principalmente os excluídos do sistema financeiro tradicional. A pesquisa utiliza dados referentes a 1243 municípios nordestinos que se beneficiaram com microcrédito em 2000 pelo programa Crediamigo do BNB. O trabalho se dividiu em duas partes. Na primeira parte, os autores propuseram um modelo utilizando o método de estimação de mínimos quadrados ordinários, em cross section. A variável dependente foi o índice de pobreza e as variáveis explicativas foram a concentração de renda, o tamanho econômico (PIB ou transferências governamentais) e a educação (Índice de Desenvolvimento Humano – Educação). Os dados foram obtidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do BNB. As conclusões foram as seguintes: a) a maior concentração de renda contribui para elevar a pobreza; b) o aumento do tamanho econômico contribui para reduzir a pobreza; c) a melhoria de indicadores educacionais contribui para a redução da pobreza. Na segunda parte do trabalho, os autores analisaram a influência do microcrédito na redução da pobreza. Nessa análise, foram coletados dados sobre o volume de crédito e o número de clientes atendidos. Os resultados apontaram que um aumento do volume de microcrédito e/ou um aumento na quantidade de clientes atendidos contribui para a redução dos índices de pobreza. Contudo, esses resultados são significativos somente nos casos dos municípios onde há agência do BNB. Os autores entendem que esses resultados podem estar condicionados ao período de análise, quando o programa apresentava uma abrangência menor que a existente nos anos subsequentes. Neste sentido, os autores sugerem pesquisas com dados mais recentes para confirmar as conclusões obtidas para o período analisado.

Neri (2008) mensurou as mudanças entre o primeiro empréstimo até o final de 2006 dos clientes do Programa Crediamigo (o Banco do Nordeste do Brasil S.A. iniciou suas operações em 1998).

A base de dados foi o cadastro dos clientes (196.692 clientes ativos), que forneceu três dimensões: a) análise envolvendo o desempenho, tanto em termos de nível como de estoque; b) dicotomia entre o lado pessoa física e pessoa jurídica do cliente; c) evolução integrada dos clientes e seus negócios no tempo. Foram utilizados dados fornecidos no balanço patrimonial e no demonstrativo de resultado. Isso propiciou uma análise de desempenho tanto em termos de fluxo quanto de estoque. Os dados permitiram analisar as características da estrutura e funcionamento dos negócios, bem como as características dos donos e das famílias. Os dados também permitiram analisar o momento que o cliente entrou no programa e o momento no final de 2006 (pelo menos uma renovação de contrato no período). Foram obtidos os seguintes resultados. O lucro operacional aumentou em 36,7%; as vendas aumentaram em 34,6%; os ativos em estoques e bens aumentaram em 18%; a rentabilidade sobre os ativos aumentou de 4,4% para 4,8%. O autor afirma que houve um aumento de 13% no número de empregados, seja mão-de-obra familiar ou de terceiros. Houve, também, um aumento de 13% no consumo das famílias. Entre 50% e 60% dos beneficiários superaram a linha de pobreza. Clientes com mais de cinco anos no programa de microcrédito elevaram suas chances de sair da pobreza entre 36% e 41%.

Em outra publicação, Neri (2009) e sua equipe de pesquisa disponibilizam mais dados sobre a pesquisa de avaliação das pequenas unidades produtivas servidas pelo programa Crediamigo no período de 2005 a 2008. A base de microdados do CrediAmigo disponibilizou balanços e demonstrativos de resultado de 488 mil clientes (dezembro de 2008). Com essa base foi possível obter dados de estoque de ativos, fluxo de despesas e rendas familiares. Isso permitiu calcular a riqueza líquida e capacidade de emancipação da pobreza. Os pesquisadores constataram taxas de crescimento de faturamento e de lucro entre o primeiro e o último empréstimo na ordem de 35% e taxas de aumento do consumo familiar na ordem de 15%. Também observaram um retorno para a comunidade, mediante fortalecimento da economia local. O conhecimento financeiro dos beneficiários melhorou, adquirindo noção sobre capital de giro, lucro, entre outras informações relevantes para a melhora da prática comercial e financeira. Os resultados do programa em termos de redução de pobreza dos beneficiários também são expressivos, onde 60,8% daqueles que se situavam abaixo da linha de pobreza saíram dessa condição de miserabilidade.

Pessoa (2010), através de um estudo de caso, investigou a comercialização do microcrédito fornecido pelo Banco do Povo, no município de Vitória da Conquista, Bahia. De um total de 227 clientes, foram selecionados 67 para compor a amostra. Foram analisados dados de 2000 a 2009. As informações foram coletadas mediante pesquisa documental nos registros dos clientes do Banco do Povo, buscando entender a relação entre a quantidade de empréstimos tomados e a evolução de critérios que revelem a situação financeira do empresário e da empresa. Foram processados dados de beneficiários que tomaram empréstimos por mais de nove vezes. Para verificar a contribuição do microcrédito, o trabalho fez uso de um modelo econométrico (regressão linear simples através do método dos mínimos quadrados ordinários), onde a variável dependente era o número de empréstimos de microcrédito. As variáveis independentes formaram dois grupos. Em relação ao empreendedor, foram analisados o pró-labore e a renda familiar. Em relação ao microempreendimento, foram analisadas a receita bruta, o lucro líquido, o ativo fixo total e o ativo circulante. Os resultados obtidos mostraram que mais de 90% dos clientes melhorou em todos os indicadores, exceto o ativo fixo. A ampliação dos recursos, proveniente do crédito, possibilita o aumento do ativo circulante, permitindo o aumento na receita bruta. Isso reflete no aumento do lucro líquido, pró-labore e renda familiar. A elevação da renda familiar proporciona melhora na qualidade de vida.

Suassuna (2011) verificou em que medida o PNMPO promoveu, por meio de ações de inclusão social, a autonomia e o desenvolvimento do empreendedorismo. Para a análise, foi realizado um estudo de caso em Feira dos Importados, no Distrito Federal, em 2007. Os inqueridos foram escolhidos de acordo com a disponibilidade e disposição para responder o questionário. Foram retirados 105 questionários de um total de 1080 proprietários (2094 bancas). A autora dividiu os entrevistados em dois grupos: os que obtiveram crédito (21%) e os que não obtiveram crédito (79%). A comparação entre os dois grupos parte de impressões subjetivas dos inqueridos sobre as mudanças nas condições de trabalho e no estabelecimento comercial, além de mudanças socioeconômicas. Concluiu que existe um alto índice de recorrência ao programa (68%); porém, aderir ao programa uma vez não é suficiente para o microempreendedor conseguir manter-se de forma estável ou expandir seu comércio. Os que não recorreram mais perceberam que apenas se endividavam mais e o retorno não era satisfatório; desta forma, procuraram alternativas para manter a atividade comercial. Os que recorreram ao crédito afirmaram que os lucros aumentaram e conseguiram quitar suas dívidas. Houve geração de novos postos de trabalho em aproximadamente 50% dos inquiridos que adquiriram crédito; entretanto, não é possível atribuir ao PNMPO esta geração de emprego, visto que o grupo que não ingressou no programa também apresentou a mesma proporção de expansão. A proporção de formalização dos postos de trabalho no grupo que obteve empréstimo (13,6%) é superior quando se compara com o grupo que não obteve empréstimo (3,7%), reduzindo a precariedade de trabalho. Outra vantagem no grupo dos que obtiveram empréstimo é o número de demissões realizadas; existe uma diferença de aproximadamente 7% quando comparado ao grupo que não obteve empréstimo. Somente 10% dos que recorreram ao empréstimo conseguiram expandir seu empreendimento. De forma geral, não houve diferença substancial entre o grupo que recebeu e o que não recebeu o benefício do crédito.

Soares et al (2011) investigaram os fatores que auxiliam os tomadores de crédito do Programa Crediamigo a saírem da situação de miséria. Para esta pesquisa, utilizaram os dados históricos de clientes ativos em 2006. De um total de 196.692 clientes, foram filtrados 170.495 clientes (alguns clientes foram retirados por falta de informações). O foco era buscar pessoas que tinham uma renda familiar abaixo do nível de pobreza no início da jornada como beneficiário. Na falta de informação direta sobre a renda familiar, os autores adotaram como *proxy* o lucro operacional (valor de retirada do negócio) e outras receitas familiares. No cálculo da renda familiar atual, foi considerado o que se adicionou à renda familiar inicial, proveniente exclusivamente do negócio financiado. A seguir, foi calculada a renda per capita familiar do cliente podendo, assim, identificar sua condição de pobreza nos dois períodos (antes e depois da tomada de crédito). Para extrair os efeitos quantitativos, foram calculados os efeitos marginais dos modelos Logit estimados. Para realizar a análise, foram escolhidos os seguintes indicadores: tempo de programa; características individuais e familiares; características do negócio; características do empréstimo; e aspectos regionais. Os autores concluíram que, entre 30% a 40% dos clientes, saíram da linha da pobreza nos primeiros cinco anos. Os que conseguiram melhores resultados foram os microempreendedores com mais estudo, com melhor estrutura empresarial e com bons colaterais de produção. Os créditos com os menores prazos, somados às vantagens em renovações sequenciais, eram mais eficientes em relação à renda dos mais pobres, alavancando seus retornos.

Caçador (2014) estudou o impacto do programa Nossocrédito, oferecido pelo Banes e Banestes, sobre os indicadores socioeconômicos no Espírito Santo. Foram analisados dados de 76 municípios (o Espírito Santo possui 78 municípios) para o período de 2006 a 2010. Metodologicamente, o trabalho empregou três modelos diferentes. O objetivo era verificar a relação entre os financiamentos aprovados per capita, o PIB per capita, o número de famílias pobres, IFDM e população dos municípios. As estimativas foram conduzidas com o método

dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Os resultados mostraram que o programa contribuiu para reduzir a concentração regional da renda, direcionando os recursos para os municípios do interior, porém não foram destinados para os municípios com menor grau de desenvolvimento. O programa contribuiu para melhorar o indicador de desenvolvimento municipal, mas a contribuição foi modesta. O impacto do Nossocrédito no número de famílias pobres não contribuiu para que o nível de pobreza reduzisse. No geral, os recursos têm contribuído para o bem-estar dos municípios, porém é necessário disponibilizar mais recursos para pessoas de baixa renda, que são as que enfrentam mais dificuldades de acesso ao sistema financeiro tradicional.

Rodrigues et al (2015) pesquisaram a eficácia do Programa Crediamigo, do BNB, no município de Petrolina, em Pernambuco. O intuito do estudo era avaliar a colaboração socioeconômica para os microempreendedores e seus empreendimentos. Foi realizada uma pesquisa de campo através de um questionário, visando verificar o antes e o depois dos beneficiários do programa, observando as mudanças econômico-financeiras. A coleta de dados foi realizada em 2013. No total, participaram 67 membros ativos do programa, de um total de 12.400 famílias atendidas. Os clientes foram entrevistados na própria sede da agência bancária. Após o levantamento dos dados, os dados foram tabulados através de gráficos para proporcionar melhor análise dos resultados. Nesta pesquisa foram observadas melhorias nos empreendimentos, como aumento nas vendas e captação de clientes, fomentando a economia da região. Também ocorreu melhoria na vida financeira familiar, possibilitando melhora na qualidade de vida das pessoas da região.

De acordo com Teixeira et al (2008b), a eficácia do microcrédito depende da capacidade de transformar pobres em nanocapitalistas. Após avaliar os resultados das pesquisas (quadro 1), chega-se à conclusão que o microcrédito, apesar de ainda não ter a proporção esperada, é uma boa porta de entrada para as pessoas que não se encaixam no perfil que as instituições financeiras moldam para acesso ao crédito. Os resultados mostram que o microempreendedor consegue melhorar as condições de manutenção de sua empresa, o que acarreta, conseqüentemente, na melhoria de sua qualidade de vida. Esse desenvolvimento é capaz de gerar empregos, o que influencia na economia local. Portanto é possível dizer que, em sua maioria, os programas de microcrédito podem ser uma das ferramentas sociais para auxiliar na redução da pobreza no país. Mas vale ressaltar que existe um longo caminho pela frente, e que são necessários mais estudos para que se chegue a uma conclusão mais assertiva em relação ao real impacto econômico que o benefício pode tomar.

5 PROGRAMAS INTERNACIONAIS E SEUS RESULTADOS

Buscando analisar a capacidade dos programas nacionais, procurou-se comparar com alguns programas de microcrédito de outros países. A seguir, são apresentados os resultados de algumas pesquisas sobre o assunto no âmbito internacional.

Forte (2006) estudou o impacto do microcrédito na vida socioeconômica das mulheres das cidades de Bogotá (Colômbia) e Recife (Brasil). No Brasil, a autora analisou o Programa Crediamigo, do BNB. Na Colômbia, a autora analisou o programa de microcrédito fornecido pelo Banco Caja Social. Foi realizada uma pesquisa de campo em que foram entrevistadas 100 mulheres em cada cidade, em diferentes comunidades locais. Com os resultados da pesquisa foram elaboradas tabelas e gráficos, seguidos de análise e comentários. A análise apresenta quatro categorias para avaliar o impacto dos programas de microcrédito na vida das comunidades envolvidas: a) heterogeneidade dos sujeitos da pesquisa; b) composição e distribuição da renda na família; c) ciclo e peculiaridades dos empréstimos; d) variações no clima social. A autora conclui que o papel da mulher no desenvolvimento e na inclusão social

é visível tanto em Recife como em Bogotá. A geração de empregos é maior em Bogotá (84%) quando comparada com a de Recife (48%). Como o mercado formal não absorve, as colombianas procuram desenvolver atividades que possam incluir parentes, tornando o núcleo familiar bastante próximo do núcleo do negócio. As vendas dos produtos aumentaram (Brasil 76% e Colômbia 94%), a renda familiar mensal aumentou (Brasil 76% e Colômbia 65%), e a produção aumentou (Brasil 59% e Colômbia 66%). O aumento na aquisição de matérias primas e estoque favoreceram no crescimento do negócio e, em alguns casos, favoreceu no aumento da margem de lucro. A elevação da renda familiar proporcionou acesso à escola privada e sistema de saúde privado. Na Colômbia, parte do empréstimo foi destinada à construção ou melhoria da casa, uma vez que o núcleo do negócio está inserido na residência das beneficiárias. No Brasil não houve destinação do empréstimo para melhoria física do ambiente do negócio ou da casa onde mora. O acesso ao crédito permitiu que as empresárias deixassem de obter empréstimos com agiotas. Em ambos os casos houve melhora na autoestima por poder chefiar e/ou contribuir para o bem-estar familiar, caminhando para a saída da miséria.

Afonso (2010) aplicou um modelo que permitia identificar os fatores explicativos do tempo de vida dos negócios em novos projetos de microcrédito em Portugal. A autora utilizou a base de dados cedida pela Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), extraindo 652 observações para o período de 2006 a 2009. Como métodos estatísticos, utilizou o método de estimação de máxima verossimilhança e o teste de hipótese de hazard proporcional. As variáveis explicativas consideradas no modelo foram: densidade populacional; PIB; densidade de empresas; Valor Adicionado Bruto a preços correntes por ramo de atividade; idade, nacionalidade e habilitação dos promotores dos projetos de microcrédito; setor de atividade e região do projeto. Segundo a autora, existem quatro fatores explicativos do tempo de vida dos negócios: a densidade demográfica, a taxa de crescimento do setor de atividade, a capacidade de gestão do empresário e a região. O aumento da densidade populacional aumenta o risco de encerramento do negócio em 0,1%. Isso porque a demanda por terra aumenta o custo da terra, e este fato influencia de forma negativa sobre o tempo de vida do negócio e influencia de forma positiva sobre o risco de encerramento do negócio. O segundo fator é a taxa de crescimento do setor de atividade. Estima-se que uma variação anual de 1% na taxa de crescimento do setor aumente o risco de encerramento do negócio em 2%. Esse resultado é contrário ao esperado, pois a ideia inicial era de que uma maior taxa de crescimento indicava a existência de um mercado a ser satisfeito, estimulando a entrada de novos concorrentes e aumentando a probabilidade de sobrevivência de novas empresas, mesmo que pequenas. O terceiro fator é a capacidade de gestão do empresário, onde quanto maior o grau de instrução do empresário, menor a probabilidade de fechar a empresa e maior o tempo de vida da empresa. Se o empresário possui até o ensino fundamental, o mesmo apresenta um risco de encerramento do projeto de negócio 84,5% maior do que um projeto conduzido por um empresário de nível universitário. Por fim, a região influencia no risco de encerramento de projetos de microcrédito.

Fernandes (2010) fez uma análise sobre a importância do gênero no sucesso do microcrédito em Portugal. Foi analisada uma amostra de 1261 microcréditos concedidos. A coleta dos dados foi realizada em 2009, numa base de dados nacional. As variáveis escolhidas para análise estatística foram: gênero, escolaridade, idade, estado civil, subsídios recebidos, grau de exclusão, dependência em relação ao crédito, profissão anterior, nacionalidade e sucesso do negócio. Inicialmente, o autor faz uma análise descritiva dos dados. A seguir montou um modelo de regressão logística, onde as características dos indivíduos são as variáveis explicativas. Dos 1261 microcréditos concedidos, 53% foi concedido às mulheres; 82% apresentou sucesso; 70% não possuía parceiro (solteiro, divorciado, separado ou viúvo); 40% foi concedido a desempregados; 43% foi concedido a trabalhadores independentes; 40% foi concedido a pessoas que possuíam elevada dependência de empréstimo; mais de 50% dos

empreendedores possuía experiência profissional; 34% já teve uma empresa antes do novo projeto empresarial; 55% dos que já tiveram empresa, continuou a ser sócio da empresa anterior; 23% cessou atividade de outra empresa; 20% vendeu sua participação na empresa; 50% estava em sua primeira experiência na área do empreendedorismo; e 60% admite que não seria possível realizar o projeto de negócio atual sem a ajuda do microcrédito. Do modelo de regressão linear, o autor teve duas conclusões. A primeira conclusão é a de que o aumento de um ano na escolaridade aumenta a probabilidade de sucesso do negócio em 55%. A segunda conclusão é a de que o estado civil influencia na probabilidade de sucesso do negócio, ou seja, o fato de o microempresário viver em união estável ou ser casado aumenta a probabilidade de sucesso do negócio em 59%. De tudo que foi exposto, o autor conclui que, do que se vê nos países em desenvolvimento, a maioria dos empréstimos é concedida às mulheres com baixo nível de escolaridade, as mais pobres e dependentes economicamente dos maridos. Em Portugal, as mulheres também são as principais clientes, mas não por estes motivos, e sim porque elas estão desempregadas.

Lima (2011) estudou o impacto do microcrédito no rendimento dos beneficiários e sua relação com a pobreza nas zonas metropolitanas de Lisboa e Porto, Portugal. Os dados foram disponibilizados pela Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), principal ator do microcrédito nacional, além de contato telefônico para coleta do rendimento dos beneficiários no final dos contratos de crédito. Foram analisados dados de 123 clientes, entre 1999 e 2007. A amostra corresponde a cerca de 50% da distribuição do microcrédito na região. Para analisar a relação entre o microcrédito e o rendimento dos beneficiários em função das variáveis explicativas, foi utilizado o modelo de regressão linear múltipla (MRLM), a um nível de confiança de 90%. As variáveis explicativas foram: valor do empréstimo, idade do beneficiário, negócio aberto/fechado, estado civil, rendimento do beneficiário no momento da adesão ao crédito, distrito, estado da economia no momento da abertura do negócio, efeito da sazonalidade no negócio, escolaridade, sexo, setor de atividade e se trabalha por conta de outrem. A autora concluiu que a intermediação realizada pela ANDC promoveu algumas vantagens para os beneficiários: acompanhamento na implementação do negócio, reduzida burocracia, reduzida exigência de garantias e reduzido tempo de espera para o desembolso do empréstimo. A autora afirma que houve um incremento na renda de 71,54% dos beneficiários viabilizando o aumento, em média, de 365€ no rendimento mensal. Esse aumento no rendimento mensal ocorreu para beneficiários do gênero masculino, com elevado grau de escolaridade, com rendimento inicial acima do salário mínimo, no setor de serviços, na cidade do Porto, em uma economia favorável. Beneficiários que não apresentaram esse perfil tiveram rendimentos inferiores. Apesar desse impacto positivo, somente 39% das empresas que foram criadas com o apoio do microcrédito permanecem em atividade. Das empresas que encerraram a atividade, mais de 50% delas fizeram durante os três primeiros anos de vida. Isso significa dizer que o fechamento da empresa ocorreu antes do reembolso do empréstimo. A principal causa apontada para justificar o insucesso do negócio foi a instabilidade econômica de Portugal. Outro fator relevante foi o reduzido valor dos empréstimos, não sendo suficiente para a totalidade do projeto de negócio. Além disso, os beneficiários informaram que a ANDC disponibilizava um acompanhamento deficiente na projeção e concretização do projeto de negócio. A autora constatou que 65,04% dos beneficiários possuíam rendimento superior ao salário mínimo nacional no momento da adesão ao microcrédito, o que mostra que o impacto do microcrédito está privilegiando beneficiários com rendimentos mais elevados, em alternativa aos pobres. Entretanto, percebe-se também que há uma redução da pobreza, visto que, dos 34,96% beneficiários que dispunham rendimento inferior ao salário mínimo no momento da adesão ao microcrédito, 15,45% conseguiram atingir um rendimento superior ao salário mínimo. Desta forma, o impacto na redução da pobreza tem sido bastante reduzido.

Quadro 2 - Resumo dos benefícios dos programas de microcrédito internacionais

	Indicadores	Descrição	Programa	Local	Autor
Empreendimento	Empreendimento	Sobrevivência de apenas 39% em Lisboa e Porto. Ajuda a iniciar o empreendimento, melhora a qualidade do negócio e alivia as necessidades correntes em Angola	ANDC	Ambriz (Angola), Lisboa e Porto (Portugal)	Lima (2011), Santos (2014)
	Vendas	As vendas aumentaram na Colômbia, mas não apresentaram mudança significativa na Índia	Banco Caja Social, Spandana	Bogotá (Colômbia), Hyderabad (Índia)	Forte (2006), Banerjee (2014)
	Lucro	Aumento do lucro	Banco Caja Social	Bogotá (Colômbia), Ambriz (Angola)	Forte (2006), Santos (2014)
	Ativos em estoque e bens	Aumento dos estoques	Banco Caja Social	Bogotá (Colômbia)	Forte (2006)
	Inadimplência	Elevado índice de inadimplência no empréstimo formal e baixo índice de inadimplência no microcrédito informal	Não especificado	Ambriz (Angola)	Santos (2014)
Economia	Emprego	Geração de emprego; beneficiários dedicam mais tempo ao trabalho	Banco Caja Social, Spandana	Bogotá (Colômbia), Hyderabad (Índia)	Forte (2006), Banerjee (2014)
	Produção	Aumento na produção	Banco Caja Social	Bogotá (Colômbia)	Forte (2006)
Família	Consumo familiar	Aquisição de bens duráveis	Spandana, SOCREMO	Hyderabad (Índia), Maputo (Moçambique)	Banerjee (2014), Jane (2011)
	Educação, qualidade de vida e bem-estar	Melhoria na educação e qualidade de vida na Colômbia, Moçambique e Angola. Sem efeito significativo na Índia.	Banco Caja Social, SOCREMO, Spandana	Bogotá (Colômbia), Maputo (Moçambique), Hyderabad (Índia), Ambriz (Angola)	Forte (2006), Jane (2011), Banerjee (2014), Santos (2014)
	Moradia	Melhoria na moradia	Banco Caja Social	Bogotá (Colômbia)	Forte (2006)
	Saúde	Não apresentou efeito significativo na Índia; acesso à saúde privada na Colômbia	Spandana, Banco Caja Social	Hyderabad (Índia), Bogotá (Colômbia)	Banerjee (2014), Forte (2006)
	Pobreza	Redução da pobreza	SOCREMO, Banco Caja Social, ANDC	Bogotá (Colômbia), Maputo (Moçambique), Lisboa e Porto (Portugal), Ambriz (Angola)	Forte (2006), Jane (2011), Lima (2011), Santos (2014)
	Renda	Aumento da renda familiar	Banco Caja Social, SOCREMO, ANDC	Bogotá (Colômbia), Maputo (Moçambique), Lisboa e Porto (Portugal)	Forte (2006), Jane (2011), Lima (2011)

Fonte: elaborado pelo autor

Jane (2011) verificou se as instituições de microcrédito ajudam no combate à pobreza urbana na cidade de Maputo, Moçambique. O autor realizou um estudo de caso no Banco de Microfinanças S.A. (SOCREMO), o qual possui unidades em vários bairros da cidade, inclusive bairros onde a maioria da população vive no limiar da pobreza. Para verificar a contribuição do microcrédito na melhoria da vida dos beneficiários, foi recolhida uma amostra de 103 beneficiários. Para verificar a existência de diferenças significativas, foram realizados testes de hipóteses de igualdade de médias, a um nível de confiança de 95% (teste t de Student). A partir dos dados, foi possível concluir que as elevadas taxas de juros e as garantias exigidas nos empréstimos são as principais razões que levam os requerentes a optar pelo microcrédito, porém, o microcrédito é pouco popular devido a pouca divulgação de seus serviços e a iliteracia bancária da população local. A maioria dos beneficiários afirma que usa os ganhos decorrentes da atividade financiada para a educação dos filhos, o aumento da renda familiar e a aquisição

de bens duráveis. Isso mostra que o microcrédito ajuda a melhorar a condição de vida dos beneficiários, contribuindo para a redução da pobreza, apesar da baixa procura por financiamento.

Santos (2014) busca compreender sobre os métodos de incentivo e o impacto dos programas de microcrédito do governo no município de Ambriz, província do Bengo, em Angola. A amostra é composta por 100 cidadãos que, no momento da pesquisa, exerciam alguma atividade empreendedora, tanto em zonas rurais como urbanas. Para a pesquisa de campo foi utilizado um questionário e para a análise de dados, foram aplicados os métodos de *scoring*, inferência estatística, dedução e indução, e descritivo. A ideia inicial era que, ao fortalecer o setor empresarial privado, ocorreria a criação de emprego, combatendo a pobreza e melhorando as condições econômicas dos cidadãos. Porém, ao adotar métodos de alocação de empréstimos aos cidadãos baseado em critérios políticos, apesar de melhorar o nível de vida dos cidadãos, também elevou o risco de o empréstimo não retornar. O autor constata que 95% dos empréstimos concedidos através de programas sociais, de produção e de microcrédito não retornou, sendo considerado como perdido. Portanto, embora o microcrédito formal garanta disponibilidade de recursos, o fato de não retornar para os cofres públicos torna o processo sem efetividade. Apesar do alto nível de inadimplência, observa-se que o nível de pobreza caiu de 60% em 2000 para 35% em 2012. Portanto, a melhoria da condição humana pode ser alcançada com a disponibilidade de recursos monetários, sendo o microcrédito uma destas formas de disponibilização. O autor também conclui que, para ter sucesso no processo, é necessário adotar estratégias mistas, ou seja, a oferta de microcrédito formal, semi-formal e informal. Isso ocorre porque o nível de inadimplência do microcrédito informal é baixo. Fundado na garantia das relações entre as pessoas, o microcrédito informal apresenta uma taxa de retorno de 95%, garantindo a continuidade do processo. Porém, apesar da baixa inadimplência do microcrédito informal, verifica-se um volume monetário muito inferior quando comparado ao volume no microcrédito formal. O autor realiza um estudo de campo no município de Ambriz, na província do Bengo, com 100 pessoas que participaram de alguma atividade empreendedora. Constata que existem vários constrangimentos para obtenção do microcrédito: falta de informação, desconhecimento da atividade bancária, falta de documentos e falta de capital. Os principais benefícios na obtenção do crédito são: ajuda para iniciar um negócio, melhora na qualidade do negócio e alívio das necessidades correntes. Os principais estrangulamentos na fase de implementação do negócio são a falta/encarecimento dos meios de transporte, o mau estado das estradas, a falta regular de luz e a falta de estabelecimentos disponíveis para realizar os negócios. Essa baixa qualidade na infraestrutura e nos serviços não permite que o empreendedorismo se torne atrativo para o local. A principal fonte de financiamento ocorre com conhecidos, amigos e familiares, sendo os principais motivos: fonte disponível, juro inexistente ou baixo, sem garantias e com prazos de pagamento não rigorosos. Portanto, apesar de o programa de microcrédito ter alcance insignificante na região, verifica-se a realização de outras formas de microcrédito, quais sejam a semiformal e a informal. Foi constatado que 85% dos inquiridos obtêm lucro, constatando que existe potencialidade em devolver os empréstimos do microcrédito, podendo migrar para a formalidade e incrementar o mercado de forma mais efetiva.

Banerjee (2014) fez um estudo sobre a evolução do microcrédito em Hyderabad, Índia. A pesquisa analisa a distribuição do crédito em dois períodos, 2007-2008 e 2009-2010. No primeiro período, a amostra foi composta por 6864 domicílios e, no segundo período, a taxa de re-contato foi de 90%. O projeto foi realizado através de uma parceria entre o Centro de Microfinanças (CMF) e uma Instituição de Microfinanças em ascensão na Índia, a Spandana. O objetivo era entender os efeitos que o empréstimo causa no consumo, na criação de novos negócios, na receita de negócios pré-existentis, além de avaliar variáveis de desenvolvimento

humano como educação, saúde e empoderamento das mulheres. Para estimar o impacto da disponibilização de microcrédito, foram realizadas comparações simples de médias nas áreas de tratamento (mutuários e não mutuários) através de uma regressão linear múltipla. A primeira conclusão que se chega é a de que a demanda por microcrédito em Hyderabad é baixa, apenas 33% das famílias solicitaram empréstimo. O autor afirma que em Marrocos, no México e na zona rural do sul da Índia existe um projeto semelhante e houve baixa solicitação de microcrédito também. Uma explicação para a baixa demanda decorre da preferência por pegar emprestado de amigos, parentes ou credores devido à maior flexibilidade, apesar dos juros mais elevados dos agiotas e do constrangimento de pedir emprestado para parentes e amigos. No curto ou longo prazo, não há efeito discernível na educação, saúde e empoderamento feminino. Embora o microcrédito permita que a família invista em sua microempresa, não há mudanças dramáticas. Mesmo em um contexto de alto crescimento da economia, a expansão das empresas pré-existentes é muito difícil, visto que estas empresas são minúsculas, quase nunca têm empregados e apresentam baixa rentabilidade. As empresas que são criadas graças ao microcrédito são ainda menos rentáveis e dinâmicas, tendo ainda menos a possibilidade de ter funcionários. Observa-se que o microcrédito afeta a estrutura de consumo doméstico, onde se percebe que as famílias aumentam seus gastos em bens duráveis domésticos e diminuem seus gastos em bens de tentação (exemplo: festas). O declínio neste tipo de consumo ocorre também em outros estudos. O microcrédito afeta a mão-de-obra, onde os beneficiários que utilizam o crédito na própria empresa dedicam mais tempo no trabalho. Assim, o microcrédito desempenha seu papel como produto financeiro, expandindo a capacidade da família em fazer escolhas intertemporais, inclusive o investimento empresarial. Porém, não se podem superestimar os efeitos do microcrédito no que se refere às receitas do negócio ou empoderamento das proprietárias dos negócios.

O quadro 2 apresenta os principais impactos dos programas de microcrédito internacionais. Analisando os programas internacionais é possível observar que, nas economias emergentes, existe maior dificuldade em relação à comunicação para expandir o alcance das informações. Portanto, a iliterácia financeira gera um reduzido volume de microcrédito. Porém, independente da economia onde está inserido o microcrédito, quando a pessoa consegue o benefício, obtém melhora em sua condição financeira familiar e microempreendedora, contribuindo no combate à pobreza. Todavia, o microcrédito tem um impacto positivo limitado para superação da pobreza dos microempreendedores de baixa renda. Em geral, os beneficiários que possuem melhor nível de escolaridade e renda familiar mais elevada conseguem ter um desempenho melhor. Esses fatores também são explicativos para a menor probabilidade de encerramento das atividades empresariais, aumentando a probabilidade do tempo de vida da empresa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criado para um público menos favorecido, o microcrédito busca, em sua essência, incluir no mercado creditício os empreendedores de menor renda que não possuem adequação para os mecanismos tradicionais de avaliação de crédito.

Considerando o quadro regulatório do microcrédito, pode-se concluir que o mesmo possui como objetivo a inclusão social, produtiva e financeira do empreendedor de baixa renda, visto que é uma operação de crédito não atrativa para a maior parte das instituições financeiras em razão dos baixos valores da operação, custo administrativo elevado e limitação da taxa de juros máxima.

A partir dessa ideia, este estudo promoveu a sintetização de trabalhos de pesquisa empírica que analisaram o impacto do programa de microcrédito na melhoria das condições econômicas das

famílias beneficiadas. Os estudos foram realizados no Brasil e a nível internacional. No âmbito nacional, foram analisados estudos no Distrito Federal, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e São Paulo. No âmbito internacional, foram analisados estudos na Índia, Portugal, Moçambique, Colômbia e Angola.

Conclui-se que o microcrédito pode estimular o empreendedorismo dos indivíduos de baixa renda, possibilitando a geração de renda familiar superior àquela advinda do emprego formal ou informal. Também tem potencial de alavancar os resultados dos microempreendimentos, principalmente quando se tem uma orientação sobre gestão financeira, refletindo nas taxas de inadimplência e sustentabilidade das operadoras de microcrédito.

Entretanto, apesar de os autores analisados comprovarem a relação entre o microcrédito e a melhoria da renda, é notório que o aumento não é suficiente para ter uma mudança significativa na vida financeira dos beneficiários, visto que existem outros fatores que interferem nos resultados, tais como, escala reduzida de operação, deficiência de gestão, competitividade e ambiente econômico desfavorável que dificultam a manutenção e expansão do negócio. Mas, deve-se ressaltar que, apesar de reduzida a melhora, esse aumento nos resultados dos microempreendimentos promove o fortalecimento da economia local através da geração de emprego, formalização de postos de trabalho e redução de demissões.

Em alguns estudos comprova-se a relação positiva entre o nível de escolaridade e o desempenho do negócio. A experiência anterior com negócios também apresenta relação positiva com o desempenho do negócio. Isso indica que a alfabetização financeira é um fator relevante para o sucesso e tempo de existência do negócio.

A falta de informação sobre o produto financeiro também é um fator relevante e contribui negativamente para a expansão do microcrédito nas regiões mais necessitadas. Por isso, as instituições financeiras devem promover maior divulgação sobre o produto visando aumentar o número de operações de crédito. Também devem promover cursos de gestão financeira visando melhorar o desempenho dos beneficiários.

Ao analisar o perfil do beneficiário, nota-se grande participação do público feminino no mercado de microcrédito nacional e internacional. Essa participação tem vários objetivos, destacando-se a emancipação feminina e a melhora de autoestima por chefiar e contribuir para o bem-estar familiar, caminhando para a saída da pobreza. A promoção do bem-estar familiar aparece de várias formas, na educação dos filhos, na saúde familiar, no acesso a bens duráveis e na melhoria da residência onde, muitas vezes, é também o local do próprio negócio.

Independente do país, o que se conclui é que o microcrédito, apesar de ter baixa procura, consegue melhorar a renda dos beneficiários, fazendo com que eles caminhem para a saída da pobreza, sendo uma boa ferramenta social do Estado.

A exigibilidade de parcela dos depósitos à vista das instituições financeiras no Brasil não se mostra um incentivo suficiente para que as instituições financeiras privadas decidam trabalhar com o microcrédito. Por isso que existe elevada concentração de microcrédito em instituições financeiras federais. Portanto, o desafio do Estado é, enquanto regulador da economia, criar ambientes regulatórios propícios para incentivar a participação de instituições financeiras privadas nos segmentos de baixa renda. Sabendo que as instituições financeiras privadas visam, em primeiro plano, a obtenção de lucro, uma forma de incentivá-las a trabalhar com o microcrédito é o estabelecimento de incentivos fiscais, tais como, a isenção de imposto de renda sobre os rendimentos auferidos em operações de microcrédito.

A limitação do trabalho está relacionada ao número reduzido de países estudados, sendo necessária a expansão deste número para ter uma visão mais abrangente sobre o assunto.

Como sugestão para outras pesquisas, deve-se promover a sintetização de trabalhos de pesquisa empírica sobre o impacto do microcrédito em um maior número de países, de forma a ter uma amostra significativa que possa analisar se o desempenho difere de acordo com o nível de desenvolvimento econômico do país.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Joana S.. **Microcrédito e Território - Portugal como Estudo de Caso**. 2010. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia e Gestão das Cidades, Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Porto, 2010.

ANDREASSI, T. Impactos do microcrédito junto ao empreendedor de pequenos negócios: o caso do Bancri/SC. **Revista Administração em Diálogo**, v. 6, n. 1, p. 75-85, 2004.

BANERJEE, Abhijit et al. The Miracle of Microfinance? Evidence from a Randomized Evaluation. **American Economic Journal: Applied Economics**, v. 7, n. 1, p.22-54, 2015.

BARGER, Teresa. **Financial Institutions**. Eua: World Bank, 1998. 135 p.

BARONE, Francisco Marcelo et al. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. 65 p.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. **Ipea: Texto Para Discussão**, Rio de Janeiro, n. 800, p.1-24, jun. 2001.

BCB. (Org.). **Relatório de inclusão financeira**. Brasília: BCB, 2010. 125 p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Nor/relincfin/relatorio_inclusao_financeira.pdf>. Acesso em: 13 set. 2019.

_____. Histórico da Política Monetária. Publicação mensal do Banco Central do Brasil (2019). Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/notas.asp?idioma=p>>. Acesso em: 17 set. 2019.

BERNARDONI, Doralice Lopes; SOUZA, Marta Cristina de; PEIXE, Blênio César Severo. Fortalecimento da função avaliação De políticas públicas: estudo de caso do processo de avaliação da política de emprego e renda da Secretaria de Estado do trabalho, emprego e promoção social do Paraná. In: PEIXE et al (Org.). **Gestão de políticas públicas no Paraná**: coletânea de estudos. Curitiba: Progressiva, 2008. Cap. 6. p. 381-393.

BNB. **Programa de Microfinanças do Banco do Nordeste: Relatório 2016**. Disponível em: < <https://www.bnb.gov.br/documents/22492/41207/RelatorioMicrocredito2016/47bbdf18-4b84-d33a-ab35-439ff932a4e2> >. Acesso em 06 de novembro de 2019.

BNDES. (Org.). **Microcrédito no Brasil: histórico e legislação**. Brasília, 2016.

BRAGA, Márcio Bobik; TONETO JUNIOR, Rudinei. Microcrédito: aspectos teóricos e experiências. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p.1-86, mar. 2000. Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS.

CAÇADOR, Sávio Bertochi. Impactos socioeconômicos do microcrédito: o caso do Nossocrédito no Espírito Santo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 6, p.1475-1502, dez. 2014.

CHAVES, S. S. Panorama do Microcrédito no Brasil. Encontro de Economia Catarinense, 7, 2011. **Anais**. Florianópolis, SC: APEC, 2011.

DUTRA, L. **Análise da concessão do microcrédito e sua relação com a inadimplência: Um estudo no Banestes e Bandes**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), Vitória, 2010.

ESTRELLA, Juliana. **O efeito do microcrédito como uma política de redução de desigualdade de oportunidades e melhoria de bem-estar**. 2008. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FERNANDES, Joaquim Alarico Araújo. **A importância do gênero no desenvolvimento das atividades do microcrédito: caso português**. 2010. 68 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Empresariais, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2010.

FORTE, Claudia Márcia de Jesus. **Estudo de caso comparativo entre Programas de Microcrédito na América Latina: o impacto socioeconômico nas mulheres das cidades de Bogotá e Recife**. 2006. 242 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociedade, Economia e Estado, Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FREITAS, Ana Augusta Ferreira de; RIBEIRO, Rosa Cristina Lima. **Análise Segmentada da Performance Empreendedora de Tomadores de Microcrédito. Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 2, p.249-261, jun. 2009.

GASTALDON, Murialdo Canto. **Microcrédito e emprego em tempos de crise: um estudo de caso. Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 2, n. 2, p.1-9, 2010.

HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de renda e crescimento econômico**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 15, n. 41, p. 67-76, Abr. 2001

JANE, Adelino Samuel. **Microcrédito e a pobreza urbana na cidade de Maputo: estudo de caso da Socremo**. 2011. 58 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Finanças, Departamento de Finanças, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2011.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Monitoramento analítico como ferramenta para aprimoramento da gestão de programas sociais. Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, Brasília, n. 1, p.36-65, jan. 2011.

LHACER, P. M. V. **Acesso ao crédito pela população de baixa renda: a experiência do microcrédito e o mecanismo de aval solidário**. 2003. 96 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – FEA-USP, São Paulo, 2003.

LIMA, Ana Luiza Machado de Codes. **Modelagem de equações estruturais: uma contribuição metodológica para o estudo da pobreza**. 2005. 286 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

LIMA, Lina Dias. **O Microcrédito em Portugal: O Impacto no Rendimento dos Beneficiários e a sua Relação com a Pobreza**. 2011. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Finanças, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011.

MACIEL, Harine Matos et al. **O Impacto do Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo) na Melhoria das Condições das Famílias Beneficiadas no Estado do Ceará: um Estudo de Caso. Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 3, p.559-586, set. 2009.

MAZZUTTI, C. **Microfinanças no Brasil: afinal, existe um trade-off entre o foco na pobreza e a sustentabilidade financeira?** Dissertação (mestrado) – UFRGS, Porto Alegre, 2005.

MEHEDFF, Carmen Guimarães. **Trabalho, Renda e Participação Social: Questões básicas para a atuação de conselheiros e técnicos municipais.** Brasília: Convênio ABC/MTE/FLACSO, 2002. 95 p.

MICK, Jacques. **O Caráter Social do Crédito: Microcrédito, combate à pobreza e desenvolvimento alternativo – a experiência brasileira e o caso da Portosol (1996-2002).** 2003. 254 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia Política, Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA (2018). **Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).** Disponível em: < <http://trabalho.gov.br/empreendedorismo/pnmpto>>. Acesso em: 24 set. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (2016). **Informações gerenciais do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).** Brasília/DF.

MONZONI NETO, Mário Prestes. **Impacto em renda do microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo.** 2006. 194 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração Pública e Governo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

MOTA, Wilton Luiz da; SANTANA, José Ricardo de. O Microcrédito como Estratégia de Redução da Pobreza no Nordeste: uma Avaliação a partir do Programa Crediamigo. **Documentos Técnico-científicos**, v. 42, n. 1, p.25-48, mar. 2011.

MOURA, E. O.; MACHADO, A. G. C.; BISPO, M. S. O microcrédito como fomentador de uma infraestrutura comercial voltada para a base da pirâmide: o caso do programa empreender bananeiras. **Revista Gestão & Conexões**, v. 4, n. 2, p. 84-104, 2015.

NERI, M. **Mapa de ativos: combate sustentável à pobreza.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, IBRE, CPS, 2001.

NERI, M; GIOVANINI, F. Negócios nânicos, garantias e acesso a crédito. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 643-669, 2005.

NERI, Marcelo Cortes (Org.). **Microcrédito: o mistério nordestino e o Grameen brasileiro : perfil e performance dos clientes do CrediAmigo.** Rio de Janeiro: FGV, 2008. 375 p.

NERI, Marcelo Cortes; BUCHMANN, G.. O Grameen tupiniquim. In: NERI, Marcelo Cortes. **Microcrédito: o mistério nordestino e o Grameen brasileiro : perfil e performance dos clientes do CrediAmigo.** Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 191-230.

NERI, Marcelo Côrtes (Org.). **Pagando a promessa do microcrédito: institucionalidade e impactos quantitativos e qualitativos do CrediAmigo e do Comunidade.** Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2009. 116 p.

NERI, M.; MEDRADO, A. Experimentando microcrédito: uma análise de impacto do CrediAmigo no acesso a crédito. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 41, n. 1, p. 133-154, 2010.

PAIVA, Luis Henrique; GALIZA, Marcelo. Microcrédito: alternativas em evidência no país. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, Brasília, n. 18, p.43-50, fev. 2002.

PEREIRA, Almir da Costa et al. Massificação das Microfinanças no Brasil: Análise e proposições. In: FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; DODL, Alessandra von Borowski. **Projeto Inclusão Financeira: Perspectivas e Desafios para Inclusão Financeira no Brasil: visão de diferentes atores**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009. Cap. 4. p. 82-98.

PREMOLI, M. V. Z.; CIRINO, J. F. Avaliação de processo em políticas e programas públicos: o caso do programa de microcrédito Nossocrédito – ES. **Planejamento e políticas públicas**, n. 42, jan./jun. 2014.

PESSOA, Ícaro Nobre. **UMA Análise da contribuição do Banco do Povo de Vitória da Conquista – Bahia ao fortalecimento de micro e pequenos empreendimentos no período 2000 2009**. 2010. 77 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, 2010.

RAJAN, Raghuram; ZINGALES, Luigi. **Salvando o capitalismo dos capitalistas**. Brasil: Elsevier Editora, 2004. 384 p.

RAMOS, Jeronimo Rafael. Acesso dos microempreendedores e das micro e pequenas empresas a serviços financeiros. V **Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira**, Fortaleza, p.1-11, nov. 2013.

RODRIGUES, Fernanda Mirelle Gomes et al. O microcrédito como ferramenta de desenvolvimento socioeconômico para os empreendedores e seus pequenos empreendimentos: um estudo de caso sobre o Crediamigo em Petrolina (PE). **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, Brasília, v. 6, p.1002-1026, abr. 2015.

SAMPAIO, Paulo Soares. O Microcrédito Produtivo Orientado no Brasil: um Panorama da Evolução do Quadro Regulatório, dos Atores Institucionais e de seu Efeito na Superação da Pobreza. **Revista de Direito Setorial e Regulatório**, Brasília, v. 2, n. 2, p.47-104, out. 2016.

SANTOS, Paulo Adão Pereira dos. **Análise das estratégias de fomento do microcrédito: um estudo de caso do município do Ambriz, Província do Bengo**. 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Jurídicas e Econômicas, Faculdade de Direito, Universidade Agostinho Neto, Luanda, 2014.

SCHUTZ, F **O microcrédito no Brasil: A atuação do crediamigo**. UFRGS - Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre: 2011.

SILVA, Roberto Vilela de Moura. **Disseminação de programas públicos de microcrédito: o caso da região metropolitana de São Paulo**. 2007. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração Pública e Governo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2007.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. **Microfinanças: O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito**. 2. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008. 202 p.

SOARES, R. B.; BARRETO, F. A.; AZEVEDO, M. T. Condicionantes da saída da pobreza com microcrédito: o caso dos clientes do Crediamigo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 119-142, Mar. 2011.

SOUZA, Maria Celia Garcia Ferreira de. **O desenho do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste: inclusão social e mercado**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. 165

SPIEGEL, P. **Muhammad Yunus, o banqueiro dos pobres: sua vida, visão e atuação.** São Paulo: Editora Cidade Nova, 2010.

SUASSUNA, Priscila Almeida. **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO): Um estudo de caso na Feira dos Importados/DF.** 2011. 71 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

TEIXEIRA, Marcelo Azevedo. **Microcrédito - Condicionantes para saída da condição de pobreza - estudo aplicado ao programa Crediamigo do BNB.** 2008a. 73 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008a.

TEIXEIRA, M. A. et al. Condicionantes adicionais para a saída da situação de pobreza: o caso dos clientes do CrediAmigo. In: NERI, Marcelo Côrtes et al. **Microcrédito: o Mistério Nordeste e o Grameen Brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008b. p. 11-20.

THEDIM, Manuel. Um ambiente favorável ao desenvolvimento das microfinanças: Uma abordagem inicial. In: FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; DODI, Alessandra von Borowski (Org.). **Perspectivas e desafios para inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores.** Brasília: BCB, 2009. p. 207-222.

VARELLA, Santiago; PARENTE, Silvana; FAHEINA, Conceição. Inclusão produtiva urbana por meio do Microcrédito: o caso do programa CrediAmigo. **Série WWP: Estudo de Caso,** Brasília, p.1-39, 2017.